

É sempre com grande interesse e maior proveito que lemos um novo livro do Prof. Joel Serrão, historiador que há mais de trinta anos vem enriquecendo a ciência histórica e a historiografia portuguesa, com múltiplas obras da maior relevância.

Com efeito, desde o tempo já remoto dos seus *Temas Oitocentistas* — cujo primeiro volume foi escrito em 1958 — passando pelo monumental e imprescindível *Dicionário de História de Portugal* — publicado, em 1.<sup>a</sup> edição, entre 1963 e 1971 — onde são de sua autoria tantos estudos magistrais, para além do trabalho incansável de direcção duma obra de tal envergadura, lembrando tantos outros livros sobre a História de Portugal, sobretudo dos séculos XVIII a XX, com particular incidência para o século XIX, desde esse tempo já distante, dizíamos, até hoje, o Prof. Joel Serrão tem publicado uma obra historiográfica — para além do mais — que lhe assegura um lugar de grande destaque entre os historiadores portugueses contemporâneos.

Cientista de extremo mérito e escritor talentoso, este Autor tem-nos habituado, há décadas, aos seus livros inteligentes, lúcidos e rigorosos, nos quais a profundidade de compreensão das matérias estudadas é sempre notável, quer se trate de história económico-social, político-institucional ou cultural-mental. Historiador multifacetado e espírito sempre ávido de progresso na compreensão, interpretação e explicação dos factos históricos, atento simultaneamente à estrutura, à conjuntura e ao acontecimento, praticando sistematicamente a interdisciplinaridade, o Prof. Joel Serrão ganhou jus ao maior apreço da comunidade científica e do mundo universitário, portugueses e internacionais.

Como discípulos de mestre tão eminente — por cuja mão entrámos no ensino universitário, no ano já longínquo de 1973, quando ele leccionava a cadeira de História Económica (e Social) no Instituto Superior de Economia, da Universidade Técnica de Lisboa — é com o maior gosto que nos debruçamos sobre o seu recente livro intitulado *Da «Regeneração» à República*.

Ao reunir e sistematizar os estudos compreendidos neste livro, o Autor regressa à abordagem de uma temática que lhe é particularmente cara e sobre a qual muito tem reflectido: a transição do Portugal «antigo», senhorial-rural, eclesiástico-aristocrático, absolutista-imperial brasileiro, para

o Portugal «moderno», aburguesado e capitalista, urbanizado e bacharelado, liberal muito mais do que democrático, regenerado mais pelo comércio internacional e colonial do que pela produção económica nacional, porfiando em viver à custa do Brasil, destino privilegiado da emigração, e do império colonial que refará em África (apesar do revez passageiro do Ultimato inglês).

Segundo as próprias palavras do Prof. Joel Serrão, os objectivos desta obra foram sobretudo os seguintes:

«1) Pôr em relevo, no contexto da história portuguesa oitocentista e seus prolongamentos novecentistas, o papel que consideramos nuclear do conceito de *Regeneração*, ligando-o às metamorfoses das sucessivas experiências sociopolíticas.

2) Aprender, nessa perspectiva, a evolução dos conceitos e das práticas de inspiração «regeneradora».

3) Entrever, nesse pano de fundo, o debate entre liberalismo e democratismo, conceitos bem diversos que, não poucas vezes, se tendem a confundir num só. No âmbito do período estudado — tal é mais sugerido do que demonstrado — só teria havido uma revolução de facto no contexto da Guerra Civil de 1832-34, a saber, a legislação de Mouzinho da Silveira, a qual condicionou a lenta transição do «Antigo Regime» para a edificação, aos ritmos possíveis, de uma sociedade virtualmente burguesa e capitalista». Nesta síntese eloquente o Autor destaca uma ideia fundamental, que é a de que a sociedade liberal portuguesa não resulta duma revolução efectuada num curto espaço de tempo e que tenha subvertido globalmente a sociedade de «Antigo Regime» que lhe preexistia, como aconteceu em França. Em Portugal, essa transição foi um processo lento, sinuoso e muito mais concebido como uma «Regeneração» do que como uma Revolução, ou seja, entendido e desejado como uma mudança que assegurava a continuidade com o que de melhor houvera no passado, uma evolução que conservava o património histórico, revitalizando-o pela Liberdade e Prosperidade que assegurariam a Salvação e a Felicidade nacionais. Assim teria acontecido desde os alvares da época da «primeira Regeneração», em 1807, até ao advento da República, consagrada constitucionalmente no ano de 1911, embora com matizes diferentes ao longo desse tempo secular, de acordo com a especificidade de cada conjuntura: Invasões Francesas e Guerra Peninsular, Vintismo, Cartismo, Guerra Civil e Legislação de Mouzinho da Silveira, Setembrismo, Cabralismo, «Regeneração enfim assumida», «Mapa cor-de-rosa», Republicanismo, «Virginal República»; e depois ainda, no prolongamento desta linha evolutiva, Sidonismo e Estado Novo.

Quanto às razões que explicam a difícil, longa e sinuosa instauração da ordem burguesa e capitalista em Portugal, afirma o Prof. Joel Serrão, na página 113, que «parece legítimo asseverar-se que as peculiaridades do processo instaurador do liberalismo derivam da convergência dos seguintes factores: debilidade da burguesia comercial em confronto com a nobreza e o clero, que detinham a riqueza suprema da Nação — a Terra; predomínio no conjunto crematístico nacional das fainas agrícolas ante uma indústria de pequenos voos, atrasada tecnicamente, a qual, a partir de 1810, fora gradualmente expulsa dos mercados brasileiros; a inexistência política das massas populares,

na sua grande maioria rurais, incrustadas em atavismos multisseculares e, ideologicamente, ainda em pleno antigo regime, com excepção apenas de alguns núcleos citadinos de Lisboa e Porto, mais abertos aos novos tempos; a pobreza geral, em suma, e, no plano internacional, a quase dependência efectiva da Inglaterra toda poderosa, então».

E como não pretendemos ser intérpretes do pensamento do Autor, tão rico e profundo, mas apenas chamar a atenção do público leitor de temas históricos para mais este importante livro do Prof. Joel Serrão, encerramos aqui esta apresentação despretenciosa.

António Pinto Ravara

Março 1991